

CD ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO S/A

C.N.P.J/MF nº 44.596.203/0001-68

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas: A Diretoria da CD - Administração e Participação S/A, dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas, o Balanço Patrimonial do exercício de 2021 e as respectivas Demonstrações dos Resultados comparativas, do Resultado Abrangente, Mutação do Patrimônio Líquido, Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado, Notas Explicativas e Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Araraquá (SP), 31 de março de 2022. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora		Consolidado		Passivo	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020		2021	2020	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	6	225	244	212.395	273.847	Forneedores de cana e diversos	19	43.273	38.966
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	24.506	1.395	Empréstimos e financiamentos	20	-	227.993
Contas a receber	7	-	-	86.392	61.196	Obrigações - Cooperativa	21	-	42.474
Estoques	8	-	-	248	1.002	Impostos e contribuições a recolher	1	1	6.873
Ativo biológico	10	-	-	215.807	178.061	Imposto de renda e contribuição social	-	-	25.250
Impostos a recuperar	11	-	-	160.909	178.061	Impostos parcelados	22	-	1.501
Ativo fiscal	12	-	-	2.526	16.775	Salários e férias a pagar	-	-	15.095
Outros créditos	13	1.942	5.243	888	5.190	Arrendamentos e parcerias a pagar	18	-	52.336
Total do ativo circulante	2.168	5.488	703.812	622.667	622.667	Outras contas a pagar	13	8.226	1.578
Instrumentos financeiros derivativos	26	-	-	24.506	1.395	Total do passivo circulante	8.227	1.579	383.891
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	-	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	20	-	537.942
Impostos a recuperar	11	-	-	13.102	5.802	Obrigações - Cooperativa	21	-	35.634
Ativo fiscal	12	-	-	4.332	4.228	Impostos parcelados	22	-	4.023
Outros créditos	13	-	-	31.241	3.178	Salários e férias a pagar	23	-	1.754
Propriedade para investimentos	15	-	-	81.427	69.651	Arrendamentos e parcerias a pagar	18	-	166.501
Investimentos	16	648.899	632.700	84.828	152.674	Contribuição social diferidos	24	-	503.909
Imobilizado	-	-	-	1.320.359	1.278.193	Total do passivo não circulante	25	-	1.289.406
Direito de uso	18	-	-	223.517	173.071	Patrimônio líquido	25	290.383	358.776
Intangível	-	-	-	1.980	3.199	Capital social	26	290.383	358.776
Total do ativo não circulante	648.899	632.700	2.025.059	1.979.326	1.979.326	Reservas de lucros	27	136.625	43.309
Total do ativo	651.067	638.188	2.728.871	2.601.993	2.601.993	Ajustes de avaliação patrimonial	28	215.832	230.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2019	Capital social	Reserva de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Dividendo adicional proposto	Participação acionária	Patrimônio líquido	Mutações	
								2020	2021
Aumento de capital conforme ATOE de 30 de abril de 2020	28.517	(28.517)	-	-	(5.881)	(5.881)	-	(5.881)	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(895)	895	-	-	-	
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	(190)	190	-	-	-	
Realização do custo atribuído em investidas	-	-	-	-	-	-	-	-	
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	(1.598)	-	(1.598)	(1.017)	(2.615)	
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em investidas	-	-	-	(103)	-	(103)	(103)	(103)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros - hedge accounting - controlada	-	-	-	(14.317)	-	(14.317)	(9.110)	(23.427)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.657	-	27.657	18.325	45.982	
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	1.383	-	(1.383)	-	-	-	-	
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(3.283)	-	(3.283)	(1.945)	(5.228)	
Dividendos propostos	-	-	-	(3.670)	3.670	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros	-	20.406	-	(20.406)	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	358.776	43.309	230.854	3.670	636.609	339.256	975.865	975.865	
Cisão parcial conforme Ata de Justificação e Laudo de Avaliação do Acervo Líquido de 25/03/2021	(82.538)	-	-	(15.714)	-	(98.252)	-	(98.252)	
Aumento de capital conforme ATOE de 30 de abril de 2021	14.145	(14.145)	-	-	-	-	-	-	
Distribuição de dividendos	-	-	-	(820)	820	-	-	-	
Realização do custo atribuído em controlada	-	-	-	(820)	820	-	-	-	
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em controlada	-	-	-	(2.855)	-	(2.855)	(1.817)	(4.672)	
Constituição de ajuste de avaliação patrimonial em investidas	-	-	-	(103)	-	(103)	(103)	(103)	
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	
Instrumentos financeiros - hedge accounting - controlada	-	-	-	(14.317)	-	(14.317)	(9.110)	(23.427)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	27.657	-	27.657	18.325	45.982	
Destinação do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-	
Reserva legal	-	6.024	-	(6.024)	-	-	-	-	
Dividendos obrigatórios	-	-	-	(13.832)	-	(13.832)	(4.943)	(18.775)	
Dividendos propostos	-	-	-	(3.670)	3.670	-	-	-	
Reserva de retenção de lucros	-	101.437	-	(101.437)	-	-	-	-	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	290.383	136.625	215.832	3.670	642.840	412.934	1.055.774	1.055.774	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS (Em milhares de Reais)

1. **Contexto operacional:** A CD Administração e Participação S/A ("Companhia" ou "Controladora") tem sua sede administrativa instalada no município de Araraquá, Estado de São Paulo - Brasil, e tem por objeto a intermediação de negócios e a participação em outras sociedades. Seu exercício social foi iniciado em 1º de janeiro e finalizado em 31 de dezembro. **Impacto do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada:** A pandemia de Covid-19 trouxe aos mercados em geral (financeiro, de câmbio e de commodities) significativa volatilidade, com impactos diretos de redução de consumo e também um clima de grande incerteza sobre o futuro. Ressalta-se que, apesar da pandemia, a Companhia e sua controlada não tiveram impacto relevante em suas operações. A Companhia e sua controlada instituíram imediatamente o "Comitê de Contingência", objetivando a garantia da saúde e da integridade de seus colaboradores, prestadores de serviços, parceiros e da comunidade, conforme recomendações do Ministério da Saúde. Uma série de medidas foram adotadas de maneira coordenada pela Companhia e sua controlada, para um gerenciamento estruturado do ambiente de negócios no contexto que se apresentava. Através de reuniões diárias, discutiu-se a eficácia das medidas tomadas e estabelecem-se novas ações de acordo com os novos cenários divulgados, visando a mitigação de riscos em relação a: Pessoas - garantindo a integridade dos colaboradores e contenção da transmissão do vírus; Operação - garantindo a continuidade das operações e do negócio, respeitando todos os protocolos de segurança; Mercado - monitorando os cenários macroeconômicos e o setor sucroenergético. Os impactos da pandemia da Covid-19 em todas as operações da Companhia e sua controlada, bem como em seus resultados, condição financeira e de fluxo de caixa são altamente incertos, por dependerem de diversos elementos futuros, discutíveis e de difícil mensuração, sendo que a Companhia e sua controlada não podem ser previstas com razoável certeza no momento da divulgação dessas demonstrações financeiras. Neste contexto, apresentamos as principais ações tomadas pela Companhia e sua controlada na mitigação dos impactos da pandemia em todos os aspectos de sua operação: **Premissa da continuidade operacional:** As demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o pressuposto de continuidade operacional de suas atividades. **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários:** A Companhia e sua controlada avaliaram indicativos de uma perda por redução do valor recuperável de ativos não financeiros e créditos tributários e concluiu que não há indicativos de redução dos valores contábeis, visto que o valor em uso é significativamente superior ao seu valor contábil; também não houve mudanças significativas na base tributável dos principais tributos e não há limite prescricional para compensação dos créditos tributários. **Redução ao valor realizável dos estoques:** A Companhia e sua controlada calculou o custo médio dos estoques a garantir a realização com base no preço disponível na data destas demonstrações financeiras. Mesmo com a baixa demanda pelo etanol, não foram identificados custos superiores ao valor recuperável deste produto. Quanto ao açúcar, no segmento de atacado e varejo, o valor do produto tem aumentado, sobretudo pela maior demanda doméstica. **Liquidez:** A Companhia e sua controlada, antes mesmo do início da pandemia, já mantinha a estratégia de gerenciamento financeiro de sua liquidez, através da manutenção do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Nesta safra a Companhia e sua controlada passou a manter em caixa recursos superiores aos apresentados nas últimas 5 safras e além disso, aprimorou seus controles financeiros e está atualizando suas projeções camaremente para garantir que o caixa não seja impactado de forma relevante. **Capex:** A Companhia e sua controlada prevê, inicialmente, manter apenas os investimentos necessários para a manutenção de suas atividades agrícolas e industriais. **Arrendamentos:** Até a data destas demonstrações financeiras não houve alteração nos contratos celebrados com parceiros agrícolas e arrendatários, os prazos e preços estão mantidos conforme acordado. Logo, os valores registrados no direito de uso e no passivo de arrendamento não sofreram qualquer alteração em consequência dos impactos do Covid-19. **Compromissos contratuais:** Nesta data não há execução nem contra e nem a favor da Companhia e sua controlada em relação aos seus contratos, mantendo-se a previsão de continuidade de todos os compromissos anteriormente firmados. Nessa união de esforços, comprometimento e atitudes, continuamos preservando empregos, produzindo açúcar, que é essencial aos alimentos e trabalhando para que não faltem combustíveis nos postos, garantindo assim mais uma safra que se inicia. **2. Entidades da Companhia:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem a consolidação da seguinte controlada, em conjunto "Grupo" ou "Companhia e sua controlada" conforme segue:

Controlada:	País	Participação acionária	
		2021	2020
Usina Açucareira S. Manoel S.A.	Brasil	61,11%	61,11%
Coligadas (*):			
Comercial Lupo S.A.	Brasil	-	12,23%
Lupo S.A.	Brasil	-	12,30%
Controlada indireta:			
São Manoel Participações Ltda.	Brasil	61,11%	-
Coligada indireta:			
Compensar S.A.	Brasil	2,78%	2,78%

(*) Em 25 de março de 2021 através do documento de Justificação de Cisão Parcial da Companhia seguida de versão da parcela cindida para as Sociedades Anônimas a serem constituídas, a Companhia julgou ser conveniente, por razões operacionais e, em virtude da reorganização do grupo econômico ao qual pertencem, proceder com a cisão parcial da Companhia, retirando de seu patrimônio parcelas da Comercial Lupo S.A. e Lupo S.A. que passará a ser de titularidade das novas sociedades NL Participações S.A. e NL Comercial S.A.. **a. Contexto operacional. Usina Açucareira S. Manoel S.A.:** Entidade, com sede na cidade de São Manuel, Estado de São Paulo - Brasil, tem por objeto a fabricação de açúcar e etanol, que são comercializados através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e demais produtos derivados da cana-de-açúcar: a prestação de serviços agrícolas pertencentes à cultura canavieira; a exportação de produtos originários de sua produção; e a importação de produtos, máquinas e equipamentos correlatos ao seu objeto social. Parte substancial da matéria-prima consumida (cana-de-açúcar) é de produção própria. **São Manoel Participações Ltda.:** Entidade com sede na cidade São Manuel, Estado de São Paulo - Brasil, tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia ou acionista, incluindo a compra, venda, permuta, subscrição de quotas, ações ou títulos conversíveis em quotas e ou ações. **Compensar S.A.:** Entidade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, tem sede e foro na cidade de São Paulo (SP) e tem as seguintes atividades preponderantes em seu objeto social: a importação, exportação, comercialização, industrialização, guarda, serviços de carga e descarga de açúcar, etanol e derivados, nos mercados nacionais e internacionais; a representação comercial de açúcar, etanol e derivados; logística terrestre, fluvial e marítima; transporte de cargas, inclusive perigosas, e atuação como operadora de transporte de cargas, prestação de serviços logísticos e atividades relacionadas às atividades anteriormente mencionadas e participação no capital de outras entidades. **Participação de acionistas não controladores:** De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 36 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais, a participação dos acionistas não controladores é apresentada nos balanços patrimoniais como parte do patrimônio líquido, segregada da participação dos acionistas da Controladora. Na demonstração do resultado, a participação dos acionistas não controladores não é deduzida na avaliação do lucro líquido ou prejuízo do exercício, sendo apenas destacada da participação dos acionistas da Controladora. **Cisão:** Durante a reunião realizada em 25

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020	Controladora		Consolidado		
	2021	2020	2021	2020	
Receita líquida de vendas	28	-	-	905.242	610.252
Mudança de valor justo de ativo biológico	10/29	-	-	30.542	(2.242)
Custos das vendas	29	-	-	(608.935)	(497.833)
Lucro bruto	-	-	-	326.849	110.177
Despesas de vendas	29	-	-	(610)	(168)
Despesas administrativas	29	(238)	(183)	(44.240)	(40.365)
Outras (despesas) receitas operacionais	-	-	-	51.962	25.292
Dividendos recebidos de investida	30	-	-	34	5
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e de impostos	(237)	(183)	(183)	333.995	94.941
Receitas financeiras	31	6	6	33.210	46.255
Despesas financeiras	31	(3)	(3)	(102.042)	(70.306)
Receta (despesas) financeiras líquidas	3	3	3	(68.832)	(24.051)
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	16	120.707	27.837	37.460	9.634
Resultado antes dos impostos	120.473	27.657	27.657	302.623	80.524
Imposto de renda e contribuição social correntes	24	-	-	(49.451)	(13.588)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	-	-	(55.040)	(20.954)
Lucro líquido do exercício	120.473	27.657	27.657	198.132	45.982
Resultado atribuído para:	-	-	-	120.473	27.657
Acionistas controladores	-	-	-	77.659	18.325
Acionistas não controladores	-	-	-	198.132	45.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Instrumentos financeiros derivativos	2.095	(21.691)	3.428	(35.495)
Hedge accounting - operações câmbio	(712)	7.375	(1.166)	12.068
Eleitos tributários de hedge accounting	121.856	13.341	200.394	22.555
Resultado abrangente total	120.473	27.657	27.657	198.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

Recargas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Vendas de produtos	-	-	984.820	673.427
Outras receitas (despesas)	-	-	51.962	25.292
Insumos adquiridos de terceiros	(230)	(169)	(166.596)	(139.544)
Material, energia, serviço de terceiros e outros	(230)	(169)	(166.596)	(139.544)
Valor adicionado bruto	(230)	(169)	870.186	559.175
Depreciação e amortização	-	-	(251.458)	(204.454)
Consumo ativo biológico	-	-	(98.189)	(79.814)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(230)	(169)	520.545	257.907
Valor adicionado recebido em transferência	120.707	27.837	37.460	9.634
Equivalência patrimonial	6	6	33.210	46.255
Dividendos recebidos de investida	120.713	27.843	70.34	55.885
Resultado líquido	120.483	27.674	591.249	313.801
Distribuição do valor adicionado	120.483	27.674	591.249	313.801
Remuneração direta	-	-	100.705	91.752
Benefícios	-	-	19.235	15.270
FGTS	-	-	8.103	8.141
Pessoal	-	-	128.043	115.163
Federais	7	14	133.357	58.754
Estaduais	-	-	26.832	21.375
Impostos, taxas e contribuições	3	14	160.189	80.129
Acionistas controladores	3	14	160.189	80.129
Acionistas não controladores	-	-	-	72.527
Remuneração de capitais de terceiros	7	3	104.885	72.527
Dividendos	13.832	6.953	12.712	5.000
Lucros retidos	106.641	20.704	185.420	40.982
Remuneração de capitais próprios	120.473	27.657	198.132	45.982

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

dos e transações entre empresas do Grupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre empresas do Grupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com companhias investidas, registrados por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na Companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Descrição dos principais procedimentos de consolidação: Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas; Eliminação das participações da Controladora no patrimônio líquido da entidade controlada direta e indiretamente; Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas do Grupo; Eliminação dos saldos de lucros e prejuízos não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas. **(iv) Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. **b. Moeda estrangeira. (i) Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia e sua controlada pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados eapurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira ao fim do exercício. **(ii) Moedas estrangeiras não reconhecidas:** Ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, que são mensurados pelo valor justo são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. **(iii) Operações no exterior:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real, às taxas médias de câmbio apuradas no período. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício, uma vez que a moeda funcional da operação no exterior é o Real. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras. Para conversão das transações em dólar americano (USD - Ptax) para a moeda funcional da Companhia e sua controlada (Real - R\$) foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio:

Taxa média do exercício	Taxa à vista	
	2021	2020
RS/USD	5,3673	5,1577
RS/EUR	6,3061	5,8989

3. Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento e mensuração inicial: O conta a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (à menos que seja um conta a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um conta a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - insuflado em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e passivos financeiros no período de avaliação de custo amortizado ao valor justo por meio de resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros em períodos anteriores, os motivos de tais vendas e passivos financeiros no período de avaliação de custo amortizado ao valor justo por meio de resultado (VJR); e o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e sua controlada; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de

CONTINUAÇÃO DA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS DA CD ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. (Em milhares de Reais)

patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja a reclassificação para o resultado no período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado. Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado. **d. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: • Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; • Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; • Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo menos o custo de venda. **e. Capital social:** Ativos ordinários são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia e sua controlada não possuem ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definidos em estatuto social, são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados em Assembleia de Acionistas da Companhia e sua controlada e são reconhecidos como patrimônio líquido sobre esta rubrica. **f. Operações em andamento:** **f. Imobilizado. (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia e sua controlada. **(iii) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustados caso seja apropriado. **g. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e sua controlada e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução do valor recuperável. **(i) Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear, baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é reconhecida no resultado. **(ii) Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado contábil como incorrido. A vida útil estimada para softwares é de 5 anos. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **h. Arrendamentos. (i) Aspectos gerais:** A CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilização do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A luz da referida norma contábil, o impacto mais significativo identificado foi que a Companhia e sua controlada reconheceram novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados aos arrendamentos e parcerias agrícolas, locação de maquinários e implementos agrícolas e caminhões, locação de postos de abastecimento, áreas em aeroportos, navios e imóveis. **(ii) Políticas contábeis:** A Companhia e sua controlada reconhecem um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pelo impacto dos respectivos custos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguel e arrendamentos que não foram pagos na data de transição, descontados usando uma taxa nominal única, baseada no endividamento da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada remensuram o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. O prazo do arrendamento mínimo é o período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adicionam, ao prazo do arrendamento, os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos onde a Companhia e sua controlada estão razoavelmente certa que a opção de renovação será exercida, por exemplo, nos casos de contratos agrícolas onde a Companhia e sua controlada detêm a prerrogativa de renovação por um número preestabelecido de safras nos termos do contrato. **1. Redução ao valor recuperável (impairment). (i) Ativos financeiros não derivativos. Instrumentos financeiros e ativos circulantes:** A Companhia e sua controlada reconhecem perdas esperadas por créditos de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • Ativos de contrato. A Companhia e sua controlada mensuram a provisão para perda em um montante líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida inteira) não é considerado significativo. O aumento significativo desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor líquido à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e a estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e sua controlada consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e sua controlada, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Companhia e sua controlada presumem que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso. A Companhia e sua controlada consideram um ativo financeiro como não inadimplente quando: É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver); ou O ativo financeiro estiver em atraso há mais de 90 dias e o período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contábil máximo durante o qual a Companhia e sua controlada estão expostas ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia e sua controlada de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e sua controlada esperam receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia e sua controlada avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrerem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, a probabilidade que o devedor entre em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e sua controlada não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia e sua controlada adotam a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, e a sua controlada fazem uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A e sua controlada não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da e sua controlada para a recuperação dos valores devidos. **(ii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e sua controlada, que não são ativos biológicos, propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em UGC e o seu valor justo menos custos para vender. O valor de custo é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. **J. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de cultivo. Alterações no valor justo menos despesas de venda são reconhecidas no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda apuradas na data de corte. A cana-de-açúcar é mensurada a valor justo de acordo com o método de fluxo de caixa descontado. O período de colheita inicia-se no mês de abril de cada ano e termina, em geral, no mês de novembro do mesmo ano. **K. Benefícios de longo prazo empregados:** Os benefícios de longo prazo empregados são reconhecidos como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a e sua controlada tenham uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **I. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo estimado. Os efeitos do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **m. Receita operacional:** O passivo é reconhecido pela estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento. As mudanças não afetam as demonstrações financeiras da e sua controlada. A controlada Usina Açucareira S.Manoel S.A. comercializa açúcar e etanol exclusivamente através da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. As receitas são mensuradas com base em frete, definido de acordo com a produção da Companhia em relação as demais cooperadas, em conformidade com as orientações contábeis constante do Parecer Normativo CST nº 66, de 05 de setembro de 1986, e reconhecidas sempre que ocorre a entrega dos produtos para a cooperativa. **n. Recetas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem empréstimos, líquidos de desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidos nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida. **o. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável exclu-

Cronograma de utilização dos créditos tributários:		2.526		2.526									
Até 12 meses		15.102		15.102									
13 a 24 meses		15.628		15.628									
Ativo fiscal	Controladora	2021	2020	2021	2020								
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	1	1	4.333	4.228	4.228								
Total	1	1	4.333	4.228	4.228								
Ativo circulante	1	1	4.333	4.228	4.228								
Ativo não circulante	-	-	-	-	-								
			4.332	4.228	4.228								
Referem-se a saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados nas declarações de ajuste anual de anos anteriores, compensáveis com quaisquer impostos administrados pela Receita Federal, retenções na fonte e antecipações do IRPJ e CSLL do exercício corrente.													
13. Outros créditos e Outras contas a pagar													
Controladora	Nota	Ativo	Passivo	2021	2020								
		2021	2020	2021	2020								
Circulante													
Dividendos	30	1.942	5.243	8.220	1.572								
Outras contas	13	-	-	6	6								
Total		1.942	5.243	8.226	1.578								
Consolidado	Nota	Ativo	Passivo	2021	2020								
		2021	2020	2021	2020								
Circulante													
Dividendos a pagar para acionistas	30	-	-	9.461	2.307								
Outras contas	13	888	5.190	1.909	1.198								
Total		888	5.190	11.370	3.505								
Não circulante													
Recursos de administradores	30	-	-	38.858	40.323								
Recursos - outros	30	-	-	785	867								
Depósito judicial - precatórios IAA		28.025	-	-	-								
Depósito judicial - outros		3.216	3.178	-	-								
Total		31.241	3.178	39.643	41.190								
Outras contas classificadas no ativo circulante e não circulante referem-se às despesas antecipadas, adiantamentos a colaboradores, clientes diversos e a títulos a receber e, substancialmente, no ativo não circulante (R\$ 28.025 em dezembro de 2021) a depósito judicial referente à impropriedade de mandato de segurança objetivando afastar as exigências de Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre as parcelas que lhe cabem da verba indenizatória.													
16. Investimentos: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada e coligada avaliada através de equivalência patrimonial.													
31 de dezembro de 2021	Percentual de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da Companhia					
Usina Açucareira S. Manoel S/A.	61,11%	703.587	2.025.058	377.409	1.289.405	1.061.831	199.695	120.707					
								120.707					
31 de dezembro de 2020	Percentual de participação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Efeito no resultado da Companhia					
Usina Açucareira S. Manoel S/A.	61,11%	1.873.744	1.873.744	1.205.234	1.205.234	1.205.234	49.298	30.127					
Lupo S/A.	12,30%	480.258	451.307	110.242	86.202	735.121	(18.857)	(2.320)					
Comercial Lupo S/A.	12,23%	5.441	73.701	7.808	7.476	63.858	2.423	30					
								27.837					
Nota 6. Caixa e equivalentes de caixa													
Saldo em 1º de janeiro de 2020	Usina Açucareira S. Manoel S/A.	Lupo S/A.	Comercial Lupo S/A.	Total									
Resultado de equivalência patrimonial	30.127	(2.320)	30	27.837									
Distribuição de dividendos	(3.054)	(4.265)	(39)	(7.358)									
Ajuste de avaliação patrimonial	(15.915)	103	-	(15.812)									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	534.448	90.438	7.814	632.700									
Cisão parcial seguida de incorporação	-	(90.438)	(7.814)	(98.252)									
Resultado de equivalência patrimonial	120.707	-	-	120.707									
Distribuição de dividendos	(7.769)	-	-	(7.769)									
Ajuste de avaliação patrimonial	1.512	-	-	1.512									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	648.898	-	-	648.898									
Consolidado													
Usina Açucareira S. Manoel S/A.	Lupo S/A.	Comercial Lupo S/A.	Total										
Saldo em 1º de janeiro de 2020	45.405	96.920	7.822	150.147									
Resultado de equivalência patrimonial	11.920	(2.320)	30	9.634									
Distribuição de dividendos	-	(4.265)	(39)	(4.304)									
Ajuste de avaliação patrimonial	(2.906)	103	-	(2.803)									
Saldo em 31 de dezembro de 2020	54.419	90.438	7.813	152.674									
Cisão parcial seguida de incorporação	-	(90.438)	(7.813)	(98.251)									
Resultado de equivalência patrimonial	37.460	-	-	37.460									
Ajuste de avaliação patrimonial	(7.055)	-	-	(7.055)									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	84.828	-	-	84.828									
17. Imobilizado - Consolidado													
Consolidado	Terrenos	Edifícios e Benefícios	Maq. e Equipamentos	Instalações Industriais	Máq. e Impl. Agrícolas	Móveis e Utensílios	Computadores e Periféricos	Obras em andamento	Lavoura de cana	Lavoura de cana	Custo Atribuído	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2020	410.610	169.088	47.096	368.214	91.234	8.371	63.894	6.916	6.208	130	601.000	185.259	1.958.020
Aquisições	-	(29)	36	378	6.205	3.505	865	750	8.919	2.980	77.195	-	100.833
Transferências	-	53	80	11.216	170	1.217	885	-	(11.356)	(2.265)	(7.967)	-	(79.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	410.610	169.112	47.212	379.808	92.564	11.811	64.283	7.633	3.771	845	606.228	185.259	1.979.136
Aquisições	-	-	1.132	68	20.366	3.303	5.087	206	15.990	255	126.711	-	173.118
Baixas	(116)	-	-	(35)	(784)	-	(742)	(34)	(184)	(362)	(70.030)	-	(72.287)
Transferências	-	156	5.095	-	-	-	30	-	(5.281)	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	410.494	169.268	53.439	379.841	112.146	15.114	68.658	7.805	14.296	738	662.909	185.259	2.079.967
Depreciação acumulada													
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	43.718	29.400	135.471	45.744	6.856	43.839	5.298	-	78	237.094	105.863	653.362
Depreciação, amortização e exaustão	5.331	1.348	12.368	5.262	933	3.364	678	-	-	68.761	26.466	124.511	11.979
Baixas	(21)	-	-	(3.545)	-	(1.282)	(1.081)	(33)	-	(71.968)	-	-	(77.930)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	49.028	30.748	147.839	47.461	6.507	46.122	5.943	-	78	233.887	132.329	699.943	
Depreciação, amortização e exaustão	5.333	1.552	13.031	6.774	1.615	3.605	660	-	70	71.520	26.466	130.626	13.026
Baixas	(29)	-	(35)	(543)	-	(510)	(14)	-	-	(70.030)	-	-	(71.161)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	54.332	32.300	160.835	53.692	8.122	49.217	6.589	-	148	235.377	158.795	759.408	
Imobilizado líquido:													
Saldo em 31/12/2020	410.610	120.083	16.464	231.970	45.103	5.304	18.190	1.690	3.771	767	372.341	52.930	1.279.193
Saldo em 31/12/2021	410.494	114.933	21.139	219.007	58.454	6.992	19.440	1.216	14.296	590	427.532	26.464	1.320.559
Provisão para redução ao valor recuperável: De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável dos ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de realização dos testes de provisão para recuperabilidade em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Depreciação: A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As taxas médias de depreciação anuais estimadas são as seguintes:													
Descrição	Taxa												
Edifícios	2,43%												
Benefícios	2,86%												
Máquinas e equipamentos	12,50%												
Instalações industriais	10,00%												
Máquinas e implementos agrícolas	8,34%												
Móveis e utensílios	10,00%												
Veículos	12,00%												
Computadores e periféricos	20,00%												
Lavadora de cana	12,00%												
Direito de uso de ativos	4,50%												
Outros	10,00%												
Os métodos de depreciação, as vidas úteis e													

CONTINUAÇÃO DA NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS DA CONTROLADORA E CONSOLIDADAS DA CD ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A. (Em milhares de Reais)

(i) Parcelamento Lei nº 11.941/09 - Cooperativa: A controlada Usina Açucareira S. Manoel reconheceu em seu passivo, a adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09 referente ao IPI - imposto sobre Produtos Industriais realizado pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo, homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil em junho de 2011 em 161 parcelas. **(ii) Parcelamento Lei nº 11.941/09 - Arrepar:** Refere-se ao parcelamento da Lei 11.941/09 em 161 parcelas homologada pela RFB - Receita Federal do Brasil referente à cobrança de imposto de renda e contribuição social por suposto ganho de capital contra a 1770 Participações S.A., que foi incorporada pela Arrepar Participações S.A., uma controlada da Cooperativa. A Cooperativa, devendo prover os recursos necessários face ao parcelamento, emitiu um Termo de Retificação de Obrigações e Outras Avenças que foi assinado pela Cooperativa, cooperados e ex-cooperados em 28 de fevereiro de 2012, objetivando contrapor a obrigação na proporção da respectiva participação nas operações sociais de cada cooperado na Cooperativa. **(iii) Repasses financeiros:** Os adiantamentos de capital de giro correspondem a tomada de recursos com taxa de juros médios de 7,86% a.a. repassados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo a título de empréstimos. Os demais repasses são subsidiariamente compostos por valores decorrentes de operações *sub judice*, garantidas por penhoras, reconhecidas nos créditos tributários sobre prejuízos líquidos sobre produção, folha de salário rural e parcelamentos. Os valores encontram-se registrados nas demonstrações financeiras e foram homologados pela Secretaria da Receita Federal em 2011 em 180 parcelas. **(iv) Reabertura parcelamento Lei nº 12.865/13:** Parcelamento das contribuições ao INSS sobre folha de salário rural e outros. Os valores encontram-se registrados nas demonstrações financeiras e foram consolidados pela Secretaria da Receita Federal em 2015 em 180 parcelas.

	2021	2020	2021	2020
23. Provisão para contingências - Consolidado				
Saldos em 01 de janeiro de 2020	1.992	2.276		
Adição (baixa) de processos	276	276		
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.268	2.552		
Adição (baixa) de processos	1.754	1.754		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	4.022	4.306		
A controlada Usina Açucareira S. Manoel S.A. possui processos judiciais de natureza cível e tributárias avaliados pelos assessores jurídicos externos e pela Administração como sendo de risco possível sem mensuração com suficiente segurança, no montante de R\$ 40.570 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 40.081 em dezembro de 2020), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis no Brasil não requerem sua contabilização, conforme composição e estimativa a seguir:				
	2021	2020		
Processos tributários / administrativos	35.500	34.081		
Processos cíveis	4.590	5.350		
Processos trabalhistas	480	650		
Total	40.570	40.081		

24. Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Companhia e sua controlada, fundamentam na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhecem os créditos tributários sobre prejuízos líquidos de renda e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do Pronunciamento Técnico CPC 26 e CPC 32. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções. As alquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto social e 9% para a contribuição social. Tributos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma: A Controlada, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, levando em consideração o histórico dos últimos anos, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional.

	2021	2020	2021	2020
Consolidado				
Imposto renda e contribuição social				
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social	34%	34%		
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social - precatório	5.522	-	5.522	-
Valor justo <i>hedge accounting</i>	17.205	16.038	1.167	12.068
Precatório - PIS/COFINS	8.544	2.882	-	5.662
Diferença custo - Parceria agrícola	4.016	4.870	-	(854)
Precatório - IR e CSLL	(43.151)	-	(43.151)	-
Custo atribuído	(137.160)	(146.716)	-	9.556
Diferença taxa depreciação - base fiscal e econômica	(55.851)	(55.111)	-	(740)
Depreciação incentivada	(63.801)	(141.190)	-	(2.889)
Valor justo propriedade para investimento	(100.858)	(100.006)	-	(5.852)
Valor justo dos ativos biológicos	(13.527)	(3.143)	-	(10.384)
Valor justo ativos financeiros disponíveis venda	(2.703)	(2.703)	-	-
Valor justo instrumentos financeiros - derivativos	(16.636)	(16.831)	-	195
Valor justo instrumentos financeiros - CBIOS	(509)	-	(509)	(13.942)
Total	(503.909)	(441.799)	1.167	12.068

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020	2021	2020
Reconciliação da taxa efetiva				
Resultado antes dos impostos	302.623	80.524		
Alíquota fiscal	34%	34%		
Imposto pela alíquota fiscal	(102.892)	(27.378)		
Efeito das (adições) exclusões permanentes	-	-		
Dividendos e equivalência patrimonial	12.736	3.276		

	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	A partir de 60 meses	Total
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base negativa da contribuição social - precatório	-	-	-	-	-	(5.522)	(5.522)
Valor justo <i>hedge accounting</i>	(4.610)	(5.540)	(4.555)	2.500	-	-	(17.205)
Precatório - PIS/COFINS	-	-	-	-	-	(8.544)	(8.544)
Diferença custo - parceria agrícola	-	-	-	-	-	(4.016)	(4.016)
Precatório - IR e CSLL	-	-	-	-	-	43.151	43.151
Custo atribuído	9.500	9.500	9.500	9.500	9.500	89.660	137.160
Diferença taxa depreciação - base fiscal e econômica	1.410	1.410	1.410	1.410	1.410	48.801	55.851
Depreciação incentivada	9.100	9.100	9.100	9.100	9.100	118.301	163.900
Valor justo propriedade para investimento	-	-	-	-	-	105.858	105.858
Valor justo dos ativos biológicos	13.527	-	-	-	-	-	13.527
Valor justo ativos financeiros disponíveis venda	-	-	-	-	-	2.703	2.703
Valor justo instrumentos financeiros - Derivativos	8.219	2.561	2.500	3.356	-	-	16.636
Valor justo instrumentos financeiros - CBIOS	509	-	-	-	-	-	509
Total	37.655	17.031	17.955	20.866	20.010	390.392	503.909

25. Patrimônio líquido - Controladora. I. Capital social: O capital social está representado por 83.5745 (idêntico a 2020) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **II. Reservas. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reserva de retenção de lucros:** Os lucros acumulados apurados até 31 de dezembro de 2021 foram reclassificados no patrimônio líquido de lucros acumulados para reserva de lucros e estão à disposição dos acionistas. **Reserva para investimento:** É constituída do lucro líquido do exercício, nos termos do Estatuto Social, destinada exclusivamente para financiar a ampliação da capacidade produtiva da Companhia e diversos projetos de aperfeiçoamento de processo, até o limite previsto no art. 199 da Lei das Sociedades por ações. **Dividendos:** Os acionistas têm direito a um dividendo máximo de 12% sobre o lucro líquido do exercício, calculado após as apropriações da reserva legal, conforme Estatuto Social.

	2021	2020	2021	2020
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2021				
Valor justo por meio do resultado				
Ativos ao custo amortizado				
Passivos ao custo amortizado				
Total				
Nível 1				
Nível 2				
Nível 3				
Total				

Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pela Assembleia de Acionistas da Companhia e não reconhecidos no patrimônio líquido sobre esta rubrica, se deliberados durante o exercício. **III. Ajustes de avaliação patrimonial:** São compostos pelo efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado nas investidas em decorrência da aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 27 e do ICP 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e da contribuição social diferidos, e vêm sendo realizados mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhes deram origem.

26. Instrumentos financeiros. a. Classificação contábil e valores justos: A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2021	2020	2021	2020
Consolidado				
Em 31 de dezembro de 2020				
Valor justo por meio do resultado				
Ativos ao custo amortizado				
Passivos ao custo amortizado				
Total				
Nível 1				
Nível 2				
Nível 3				
Total				

Valor justo versus valor contábil: Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado. **b. Gerenciamento de risco financeiro. Visão geral:** A Companhia e sua controlada está exposta aos seguintes riscos resultantes de gerenciamento financeiro: Risco de crédito; Risco de liquidez; e Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e sua controlada para cada um dos riscos acima, os objetivos da Companhia e sua controlada, as políticas e os processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e sua controlada são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos entendam seus papéis e suas obrigações. **(i) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de que a Companhia e sua controlada incorra em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falta destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo. **Exposição a risco de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras consolidadas foi:

	Nota	2021	2020
Consolidado			
Caixa e equivalentes de caixa	6	212.395	273.847
Instrumentos financeiros derivativos	26	48.928	49.508
Conta-corrente - Cooperativa	7	86.932	61.196
Contas a receber	8	248	1.002
Outros créditos	13	888	5.190
Total		349.391	390.743
Ativo circulante		324.969	342.630
Ativo não circulante		24.422	48.113

Caixa e equivalentes de caixa: A Companhia e sua controlada tem como princípio trabalhar com instituições financeiras de primeira linha que apresentem maior solidez levando em consideração o seu rating, devendo ser igual ou superior a A e melhores condições de mercado em relação à taxas e prazos. A Companhia e sua controlada mitigam o risco de crédito mantendo os saldos de aplicações financeiras a fim de cobrir eventuais descasamentos entre os recebimentos e pagamentos. Não existe na história da Companhia e sua controlada registros de perdas em caixa e equivalentes de caixa. **Conta corrente - Cooperativa:** O conta-corrente Cooperativa corresponde aos direitos a receber pela comercialização de produtos da Cooperativa de Produtores de Cana-de-açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Toda a receita de venda de produtos da Companhia e sua controlada são geradas via transações com a Cooperativa, para a qual a Companhia e sua controlada entregam toda a sua produção e está comercializada os produtos, açúcar e etanol. A Companhia e sua controlada operam desde a sua fundação (há mais de 50 anos) no modelo cooperativo e não apresenta histórico de perdas. Assim, não existem riscos de perdas com tais créditos para a Companhia e sua controlada. **Contas a receber e outros créditos:** As contas a receber são créditos compostos por clientes e fornecedores de subprodutos da Companhia e sua controlada. A exposição da Companhia e sua controlada ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Não há concentração de risco de crédito. Além disso, as vendas ocorrem de forma bem distribuída durante todo o exercício societário (principalmente no período de safra, que compreende os meses de abril a novembro de cada ano-calendário), o que possibilita à Companhia e sua controlada interromper entregas a clientes que porventura apresentem-se como potencial risco de crédito. Para os clientes que apresentaram histórico de não cumprimento de suas obrigações financeiras a Companhia e sua controlada procuram trabalhar com pagamentos antecipados. **Perdas por redução no valor recuperável:** A composição por vencimento dos recebíveis na data das demonstrações financeiras para os quais não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável são integralmente dentro do próximo exercício social. **(ii) Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e sua controlada iram encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidadas com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e sua controlada na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e sua controlada. A Companhia e sua controlada tem como política manter liquidez para o cumprimento das obrigações operacionais e financeiras para um ciclo operacional levando em consideração as premissas operacionais e de mercado. Através de sistema e ferramentas de gestão, a Companhia e sua controlada monitoram as movimentações do fluxo de caixa semanalmente através de reuniões do comitê financeiro e de governança mantendo, assim, o controle do caixa mínimo e revisão das premissas orçamentárias. **Exposição ao risco de liquidez:** A seguir, está o valor contábil e os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Nota	2021	2020
Consolidado			
Fornecedores de cana e diversos	19	43.273	38.986
Empréstimos e financiamentos	20	765.935	835.006
Obrigações - Cooperativa	21	35.634	80.052
Arrendamentos e parcerias a pagar	18	218.837	153.346
Outras contas a pagar	13	51.013	44.695
Total		1.114.692	1.152.085
Passivo circulante		334.972	396.596
Passivo não circulante		779.720	755.489

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	37 a 48 meses	49 a 60 meses	61 a 96 meses
31 de dezembro de 2021								
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores de cana e diversos	43.273	43.273	43.273	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	765.935	915.196	271.853	193.730	154.733	119.039	85.873	89.968
Obrigações - Cooperativa	35.634	35.634	1.290	1.290	1.290	1.290	29.290	29.184
Arrendamentos e parcerias a pagar	218.837	255.823	66.065	52.423	40.720	21.795	46.530	-
Outras contas a pagar	51.013	51.013	11.370	-	-	-	-	-
Total	1.314.732	1.681.133	322.021	256.313	207.033	147.118	116.713	119.162
31 de dezembro de 2020								
Passivos financeiros não derivativos								
Fornecedores de cana e diversos	38.986	38.986	38.986	-	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	835.006	861.519	255.580	231.266	137.182	100.633	43.587	93.271
Obrigações - Cooperativa	80.052	80.052	43.764	1.290	1.290	1.290	31.128	31.128
Arrendamentos e parcerias a pagar	153.346	160.220	43.317	36.547	30.028	22.583	14.705	33.040
Outras contas a pagar	44.695	44.695	3.505	-	-	-	-	-

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado das commodities, variações de taxas de juros e taxas de câmbio, novas regras políticas, têm nos resultados da Companhia e sua controlada ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Para mitigar esses riscos, a Companhia e sua controlada monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços seguindo sua política de precificação de seus commodities, além de assegurar que os volumes de produção estejam de acordo com o contrato de entrega de produtos com a Cooperativa. **A Risco de volatilidade do preço de commodities:** A Companhia e sua controlada estão expostas aos

riscos de alterações nos preços das commodities de acordo com seu mix de produção de açúcar e etanol. No resultado das demonstrações financeiras deste exercício e para as próximas safras foram precificadas na *New York Board of Trade* através da Alvean Sugar os seguintes volumes e preço de açúcar na data das demonstrações financeiras:

	SF 21/22	SF 22/23
Branco	97.947 ton	R\$ 91,85
454	48.262 ton	R\$ 88,36
Bruto	53.038 ton	R\$ 80,40
	4.521 ton	R\$ 77,21

(*) Os valores precificados estão expressos em Reais e se refere a uma Unip (unidade de medida Copersucar) equivalente a uma saca de 50 kg. Em relação ao etanol, a Companhia e sua controlada vem acompanhando a variação do preço e monitorando o volume e mix de produção de acordo com o contrato de entrega com a Cooperativa, uma vez que não temos um mercado ativo para precificação do etanol. **B. Risco de taxa de juros:** As operações da Companhia e sua controlada estão expostas às taxas de juros indexadas ao CDI, TJLP e Dólar. Visando à mitigação deste risco, a Companhia busca preferencialmente compor seus recursos com operações atreladas ao CDI mais o spread bancário uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas atreladas a um percentual do CDI. Com relação à dívida em moeda estrangeira, o risco deverá ser mitigado através de instrumentos financeiros de proteção - contratos de *Swap* - atrelados ao CDI mais o spread bancário. **Perfil:** Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia e sua controlada estão apresentados. Referido saldo e posterior análise de sensibilidade considera apenas os instrumentos que não estão designados para *hedge accounting*.

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas:		Controladora		Centários	
Exposição em 31/12/2021	Risco	Taxa de juros provável % a.a.	%	Valor	%
Instrumentos					
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	225	CDI	7,29	9,11	
Total da variação					
Impacto líquido de impostos no resultado e no patrimônio líquido					
Consolidado					
Exposição em 31/12/2021		Taxa de juros provável % a.a.	%	Valor	%
Ativos financeiros					
Aplicações financeiras	211.858	CDI	7,29	9,11	
Passivos financeiros					
Capital de giro	(442.214)	CDI	9,11	11,39	
Empréstimos e financiamentos	(442.214)				
Obrigações - Cooperativa	(32.223)	CDI	9,11	11,39	
Arrendamentos e parcerias a pagar	(218.837)	CDI	9,11	11,39	
Outras contas a pagar	(39.643)	CDI			

CD ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Diretoria e aos acionistas da **CD Administração e Participação S.A.** - Araraquara-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CD Administração e Participação S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CD Administração e Participação S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidadas para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos – Demonstração Valor adicional:** As demonstrações as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CD Administração e Participação S.A. do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021,

elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, e cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras combinadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações**

financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a

eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. – Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 25 de março de 2022.

KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA.
 CRC 2SP-027666/F

GUSTAVO DE SOUZA MATTHIESEN
 CONTADOR
 CRC 1SP293539/O-8

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Gazeta de S.Paulo em seu site de notícias. **AUTENTICIDADE DA PÁGINA.** A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.gazetasp.com.br>